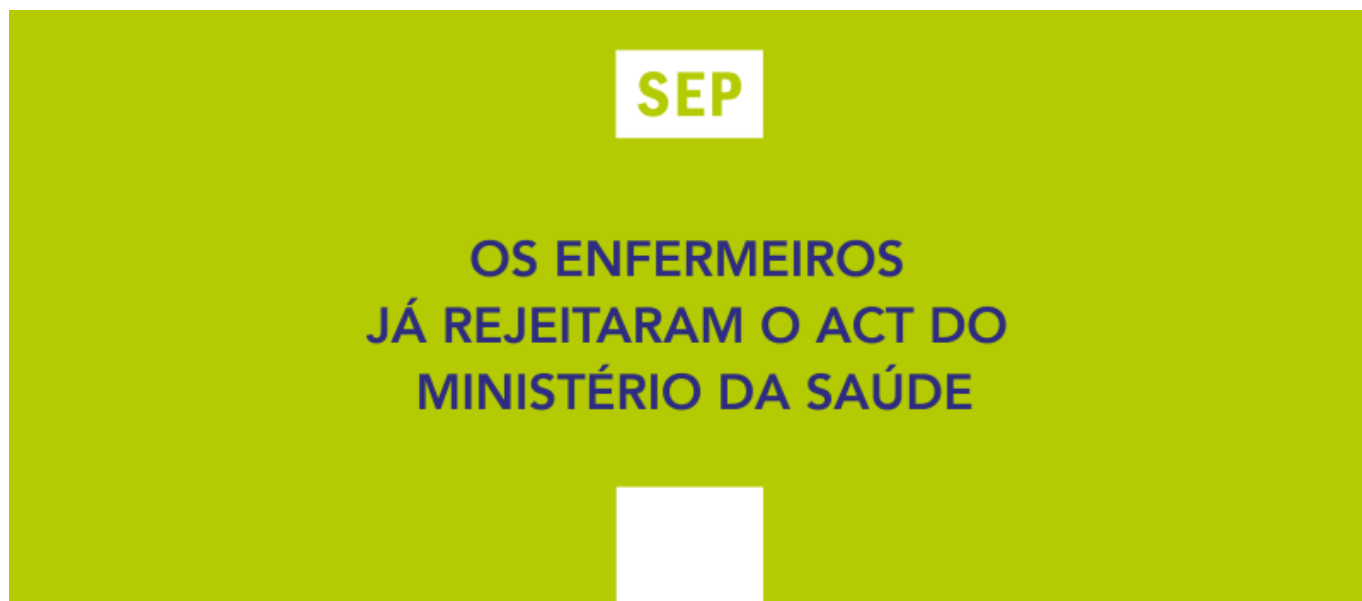


11 meses de luta derruba pacote laboral

2 Julho, 2026



Proposta de ACT do Ministério da Saúde agrava as condições de trabalho de todos os enfermeiros.

Após 11 meses de luta organizada o Pacote Laboral foi derrotado!

Uma alteração à legislação laboral que:

- Eternizaria e generalizaria a precariedade
- Desregularia ainda mais os horários de trabalho e infernizaria a conciliação com a vida pessoal e familiar
- Limitaria os direitos de maternidade e paternidade
- Permitiria a não reintegração de um trabalhador despedido ilicitamente
- Atacava o direito à negociação e contratação coletiva
- Limitaria o direito de atividade sindical
- Limitaria o direito à greve e o seu impacto.

Esta importante vitória dos trabalhadores demonstra que unidos e organizados atingimos os nossos objetivos:

Defender o que temos e conquistar mais direitos.

Este é o caminho que temos que, coletivamente, continuar a percorrer para ultrapassar novos desafios desde logo o aumento dos salários e das condições de trabalho e de vida.

OS ENFERMEIROS JÁ REJEITARAM O ACT DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Na senda do Pacote Laboral, o Ministério da Saúde propôs um Acordo Coletivo de Trabalho que:

- Retira direitos
- Dificulta a conciliação da vida familiar
- Retira rendimentos
- Obriga a trabalhar mais horas por dia e por semana através do banco de horas e da adaptabilidade
- Não prevê a progressão decorrente da aplicação da Avaliação do Desempenho
- Não prevê a aplicação do DL 62/79 que regula o pagamento das horas extraordinárias, horas penosas (fins de semana e feriados), compensação pelo trabalho extraordinário efetuado em dia de descanso semanal e pagamento do regime de prevenção.

Este ACT não serve os enfermeiros

Exigimos um ACT que melhore as condições de trabalho, que atribua os mesmos dias de férias e alargue as compensações previstas para o trabalho em situações particularmente penosas, a todos independentemente do vínculo.

Não aceitamos que nos tentem impor, com esta proposta de ACT, o retrocesso que os enfermeiros já rejeitaram em várias lutas desenvolvidas.

Contabilização de pontos e retroativos

Ministra da Saúde/Governo continuam a protelar a solução

Ministra da Saúde entendeu ser necessário fazer um levantamento de todas as situações relacionadas com a contabilização de pontos.

Esse levantamento está feito e assumiu que a reunião com o SEP irá concretizar-se após reunião interna entre a ACSS e o Secretário de Estado da Saúde.

A recuperação do tempo de serviço (contabilização dos pontos) e pagamento de retroativos, de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, que milhares de enfermeiros ainda não receberam e que o Ministério da Saúde/Governo teimam em não resolver contribui para o aumento sentimento, real, de injustiça.

É inaceitável que os enfermeiros tenham que recorrer aos tribunais, já de si sobrecarregados, para receberem o que têm direito e que outros já receberam!

O Ministério da Saúde / Governo continuam a desvalorizar as carreiras, incluindo a dos enfermeiros e a desinvestir no Serviço Nacional de Saúde com o objetivo de criar as melhores condições para a sua privatização.

Apesar dos avanços decorrentes da luta dos enfermeiros – correção de pontos para efeitos de progressão e valorização da grelha salarial (que sempre denunciámos como insuficiente), a carreira dos enfermeiros está longe da necessária valorização.

Pode aceder [aqui](#) ao estudo do Economista **Eugénio Rosa**

Desde 2018 que lutamos pelo pagamento dos retroativos a todos os enfermeiros.

Não desistimos e vamos conseguir!

O Ministério da Saúde/Governo têm como único objetivo poupar dinheiro e garantir as melhores condições aos grupos privados que querem gerir as ULS, sob o modelo de parcerias público-privadas.

Entretanto, continuam a aumentar os milhões de euros dados às farmácias (vacinas, metadona, testes HIV) e a externalizar cuidados de saúde.

Portaria da Avaliação do Desempenho

Continuamos a exigir, no plano da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública:

- a revogação do SIADAP e a sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo, que valorize, realmente, os trabalhadores, potenciando o desenvolvimento e progressão profissionais;
- que até à sua revogação sejam eliminadas as quotas e que a progressão obrigatória se faça com 4 pontos garantindo que é possível atingir o topo, no máximo, aos 40 anos de serviço.

Apesar da injustiça do SIADAP e dos modelos que obrigatoriamente têm que lhe ser adaptados, não deixámos de [apresentar contrapropostas](#) para que os enfermeiros não fossem ainda mais prejudicados.

Ministério da Saúde impôs o seu modelo de Avaliação do Desempenho e não aceitou a maioria das propostas que apresentámos.

Perspetiva-se o agravar dos conflitos e mais injustiças resultantes dos processos avaliativos, devido:

- à aplicação de quotas que contrariam uma avaliação justa e objetiva e que só servem para obstaculizar a progressão;
- ao desrespeito pelos prazos indicativos resultando nos atrasos na progressão a que os enfermeiros têm direito;
- à não auscultação dos enfermeiros na elaboração dos parâmetros de avaliação e pouca clareza nas várias fases

dos processos;

- à contratualização de objetivos que não dependem exclusivamente do desempenho dos enfermeiros e/ou que não têm em conta os contextos da prática e os conteúdos funcionais da carreira;
- ao desrespeito pela regra de aplicação das quotas por categoria;
- ao desrespeito pela avaliação realizada permitindo na “harmonização” das quotas, a redução da menção qualitativa e a possibilidade de descida de “Muito Bom” para “Regular”.

A não aceitação das nossas propostas no âmbito da alteração da portaria da Avaliação do Desempenho própria dos enfermeiros, revela que o Governo não pretende ter em conta a especificidade das profissões. Quer um sistema de avaliação aplicável a todos os trabalhadores da Administração Pública, de forma transversal, com o objetivo de aumentar os constrangimentos na progressão, em todas as carreiras. É mais uma forma de degradar os serviços públicos.

É INACEITÁVEL que o Ministério da Saúde não tenha aceite alterar “Competências” por “comportamentos profissionais” nos parâmetros de avaliação. As competências, nas profissões reguladas, são da competência das respetivas Ordens Profissionais que regulam, avaliam e as certificam.

É INACEITÁVEL que face à atual realidade, o Ministério da Saúde não tenha aceite integrar a contraproposta de cadeia de avaliadores, nomeadamente, na área dos cuidados de saúde primários em que deveria ser consagrado a figura de um Enfermeiro Diretor para garantir a avaliação dos enfermeiros que prosseguem funções de direção.

É INACEITÁVEL que o Ministério da Saúde não tenha aceite manter todas as fases da avaliação previstas na atual Portaria, nomeadamente, a entrevista de reorientação – facultativa.

É INACEITÁVEL que o Ministério da Saúde não tenha aceite que a nova Portaria apenas entre em vigor, no ciclo avaliativo correspondente ao ano de 2027.

Exigimos uma Avaliação do Desempenho que avalie o efetivo desempenho individual de cada enfermeiro, que seja justa, sem quotas e não impeça a justa progressão na carreira de enfermagem.

Continuaremos a lutar pelas matérias do Caderno Reivindicativo, desde logo, a admissão de mais enfermeiros e de contratos definitivos, a valorização da carreira de enfermagem e a alteração dos critérios para a aposentação.